


Promoção do desenvolvimento regional: o acesso ao PNAE pela Associação dos Produtores Rurais do Povoado de Ouricuri (Aproa) em Pindobaçu, BA

RESUMO – O objetivo deste trabalho é analisar as contribuições da Associação dos Produtores Rurais do Povoado de Ouricuri no acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Pindobaçu, BA. Metodologicamente, a pesquisa enquadra-se como um estudo de caso com pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, analisadas por meio de estatística descritiva e análise de conteúdo. Conclui-se que essa associação rural é mecanismo de fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento regional.

Termos para indexação: agricultura familiar, associativismo, políticas públicas.

Ana Paula Schervinski Villwock 


Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, BA, Brasil.

E-mail: ana.agronomia@gmail.com

Karoline Soares da Silva 

Departamento de Agricultura, Prefeitura de Pindobaçu, BA, Pindobaçu, BA, Brasil.

E-mail: karol.agroufs@gmail.com

Emilly Karoline dos Santos Alves 

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

E-mail: emilly_ufs2020@academico.ufs.br

Alessandra Matte 

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Santa Helena, PR, Brasil.

E-mail: amatte@utfpr.edu.br

✉ Autor correspondente

Recebido em

10/07/2024

Aprovado em

18/06/2025

Publicado em

04/12/2025

Como citar

VILLWOCK, A.P.S.; SILVA, K.S. da; ALVES, E.K. dos S.; MATTE, A. Promoção do desenvolvimento regional: o acesso ao PNAE pela Associação dos Produtores Rurais do Povoado de Ouricuri (Aproa) em Pindobaçu, BA. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v.42, e27705, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35977/0104-1096.cct2025.v42.27705>.

Promotion of regional development: access to the PNAE by the association of rural producers of the village of Ouricuri (Aproa) in municipality of Pindobaçu, BA, Brazil

ABSTRACT – The objective of this work is to analyze the contributions of the association of rural producers of the village of Ouricuri (Aproa) in accessing the National School Feeding Program (PNAE) in municipality of Pindobaçu, state of Bahia, Brazil. Regarding the methodology, this research is a case study with bibliographical and documentary research, and semi-structured interviews, analyzed by using descriptive statistics and content analysis. The conclusion of this work is that this rural association can be a mechanism for strengthening family farming and promoting regional development.

Index terms: family farming, associativism, public policies.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública que influencia direta e indiretamente a vida de muitos indivíduos no Brasil, visto que oferece alimentação e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública (FNDE, 2016).

Além disso, em uma de suas diretrizes, no que concerne à Lei nº 11.947/2009, no art. 2º, está assegurado o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios advindos principalmente da agricultura familiar local. Diante dessa diretriz, a Lei institui que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros repassados sejam destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais (Brasil, 2009). Diante das potencialidades, a execução do Programa “promove não só crescimento econômico como também justiça social, conservação ambiental e saúde pública” (Triches et al., 2011, p.267).

Historicamente, a compra de alimentos no Brasil tem um marco na década de 1950 pela presença de recursos advindos do United Nations Children’s Fund (Unicef), que era conhecido no Brasil, nessa década, como Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi). Na década seguinte, destacou-se a presença de alimentos oriundos dos Estados Unidos da América, e só na década de 1970 houve ênfase nos produtos comprados nacionalmente (Peixinho, 2011), quando efetivamente foi instituído e denominado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A execução do programa era feita de forma centralizada até 1994. Triches & Grisa (2015, p.16) afirmam que, nessa época:

[...] priorizou-se a distribuição de alimentos formulados e industrializados que eram comprados de um conjunto selecionado de algumas empresas, por meio de licitação pública e distribuídos para todo o território nacional.

Após a data supracitada, houve a mudança do PNAE para uma gestão descentralizada. A partir desse momento, os municípios passaram a ter maior autonomia na sua execução, o que foi considerado um grande avanço, pois permitiu a inserção de alimentos adquiridos regionalmente, além de ter otimizado fatores como custos e distribuição.

Desse modo, a Lei Federal nº 11.947/2009 tornou-se um grande marco na trajetória do PNAE, ao estabelecer o mínimo de recursos a ser gasto com compras via agricultura familiar. Essa mesma lei estabeleceu que fosse priorizado o produtor local e que a compra fosse realizada por meio de chamadas públicas com preços previamente estabelecidos (Camargo et al., 2013).

Ademais, apesar de ainda possuir suas limitações, o PNAE evoluiu estruturalmente no decorrer dos anos. Desde a sua descentralização, o Programa avançou na priorização da segurança alimentar e nutricional, sendo alguns dos fatores de alcance desse parâmetro a autenticidade e a variabilidade na produção. Triches & Schneider (2010, p.934) destacam que:

[...] desses componentes propõem um modelo agroalimentar mais sustentável, que aproxime a produção de pequenos produtores e o consumo de alimentos, contribuindo para uma reconexão da cadeia alimentar e uma relação mais estreita entre campo e a cidade.

Entretanto, um aspecto importante quanto às políticas públicas refere-se à sua acessibilidade, uma vez que, em razão de fatores como a falta de domínio acerca da administração pública ou o aparato burocrático na qual ela está inserida, a participação plena dos agricultores poderia ser prejudicada (Camargo et al., 2013; Silva et al., 2020). Assim, a junção de produtores em organizações associativas tem sido uma opção estratégica para o enfrentamento desta e de outras dificuldades recorrentes para os produtores.

Moraes & Curado (2004, p.2) definem associações rurais como:

[...] sociedades formais criadas com o objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores e seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertence.

Não obstante, de acordo com Sangalli et al. (2015, p.228):

[...] o associativismo tem por essência proporcionar benefícios técnicos, profissionais, econômicos e sociais a determinados grupos de indivíduos que expressam interesses homogêneos.

Isto é, os objetivos gerais que uma associação busca cumprir são a participação no desenvolvimento da região na qual está inserida, a defesa dos interesses dos associados e a melhoria na sua qualidade de vida, o desenvolvimento de trabalhos coletivos, a produção e comercialização de forma coletiva e o fortalecimento dos laços de amizade e solidariedade (Idesam, 2010).

Além disso, no âmbito rural, o associativismo funciona como mecanismo de luta, proporcionando maior segurança econômica e participação na comunidade. De acordo com Leonello (2010, p.43):

Se trata de organizações voluntárias, surgindo, portanto, da vontade e da decisão de um grupo ou de um segmento de classe, com objetivos pré-definidos e relacionados às necessidades sociais numa dada realidade.

Nesse contexto, salienta-se que a Associação dos Produtores Rurais do Povoado de Ouricuri (Aproa) está ativa desde 2 de setembro de 1997, a qual foi formada em decorrência da demanda de agricultores por acesso aos mercados institucionais, com o foco no PNAE. A associação localiza-se no município de Pindobaçu, no centro norte baiano, e possui 72 associados ativos. Cada associado da Aproa tem sua própria produção de produtos in natura, que é escoada via feira livre ou via PNAE, por meio da associação. Além disso, segundo a diretoria da associação, atualmente a Aproa produz pães que são vendidos para a própria população da região.

A associação fornece diversos produtos oriundos da agricultura familiar. Dos produtos fornecidos individualmente, o aipim é o mais expressivo, pela quantidade e pela frequência de oferta e de entrega. Entre as hortaliças, destacam-se o coentro, a alface, o tomate e a cebola. As frutas como a manga, banana e abacaxi são ofertadas de forma esporádica e em pequenas quantidades. Ademais, para produzir seus pães e derivados, a Aproa dispõe de sua própria agroindústria. Esses produtos são comercializados via mercado institucional (PAA

e PNAE) e vendidos para a população regional. Além disso, pelo fato de a Aproa ter a mandioca (*Manihot esculenta*) como principal cultura, está concluindo a construção de uma casa de farinha, onde objetiva fazer o seu beneficiamento.

Na chamada pública 2021, foram destinados, pelo PNAE, R\$ 1.253.432,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e trinta e dois reais) para as compras de produtos da agricultura familiar no município, designando-se 100% do repasse recebido para esse mercado, o que evidencia o compromisso da gestão do município com a priorização da saúde dos estudantes e com o desenvolvimento rural local (Pindobaçu, 2022).

Destarte, como exposto, o PNAE é uma das políticas públicas mais importantes do País no combate à fome e à desnutrição e, atrelado a isso, o Programa desempenha papel imprescindível no desenvolvimento rural local. Para Moreira et al. (2021), apesar da relevância das cooperativas e associações nesse processo, no campo científico, ainda é escassa a produção acadêmica que se aprofunde nessa temática localmente. Diante dessa articulação entre agricultura familiar, o PNAE e associativismo rural, formulou-se a seguinte pergunta norteadora para este estudo: quais as contribuições da Associação dos Produtores Rurais do Povoado de Ouricuri no acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Pindobaçu, BA?

Assim, o objetivo geral foi analisar as contribuições da Associação dos Produtores Rurais do Povoado de Ouricuri (Aproa) no acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Pindobaçu, BA, trazendo, assim, os principais resultados encontrados.

MÉTODO

Para o alcance do objetivo deste estudo, foi utilizada pesquisa qualitativa exploratória. O método qualitativo não busca necessariamente enumerar ou medir algo – ele busca uma

amplitude do contexto em análise, mediante o contato do pesquisador com o objeto. Segundo Neves (1996, p.1), nesse tipo de pesquisa:

[...] é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados.

Além de utilizar o método qualitativo, este estudo possui caráter exploratório, pois busca adquirir familiaridade com o problema por meio de uma aproximação direta com o objeto de estudo, que é a Associação dos Produtores Rurais do Povoado de Ouricuri. Para Gil (2002, p.41), no caráter exploratório, o “[...] planejamento é [...] bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”.

Visando obter uma vasta e detalhada compreensão do tema por meio da análise da Aproa e do PNAE no município, foi realizado um estudo de caso. Vale ressaltar que esse método é “um dos mecanismos qualitativos comumente utilizados na busca de informações sobre determinado fenômeno” (Toledo & Shiaishi, 2009, p.105).

Para colher informações e analisar as posições acerca do tema, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o PNAE, associativismo e agricultura familiar. Objetivou-se, nessa etapa, entender aspectos como a implementação do programa, a importância dele para a agricultura familiar e a influência do associativismo nessa interação. Essa fase do estudo é primordial para a construção de uma base sólida de conhecimento.

A Associação dos Produtores Rurais do Povoado de Ouricuri está situada no município de Pindobaçu (Figura 1), no centro norte baiano. Esse município faz fronteira com os municípios de Antônio Gonçalves, Filadélfia e Mirangaba.

Para compreender aspectos relacionados à associação, como, por exemplo, suas características e estratégias, bem como sua importância, foram realizadas entrevistas com

a diretoria da Aproa e com 12 associados após a assinatura de um termo de consentimento. Utilizou-se um questionário semiestruturado, combinando-se perguntas abertas e fechadas, dando ao entrevistado a oportunidade de discorrer sobre o tema abordado.

Além disso, houve o acompanhamento de três reuniões da associação, para que houvesse maior contato com os associados e com o tema abordado. Como observado por Boni & Quaresma (2005, p.76):

[...] quando existe uma certa familiaridade ou proximidade social entre pesquisador e pesquisado, as pessoas ficam mais à vontade e se sentem mais seguras para colaborar.

Os dados foram coletados em campo, por meio da realização de entrevistas com membros da associação. Para que fosse possível obter uma amplitude de informações, foram coletados dados documentais da associação e do departamento de agricultura do município.

Para a determinação do tamanho da amostra, foi utilizada fórmula proposta por Gil (2008), em que o autor considera fatores como a extensão do universo, o nível de confiança estabelecido, o erro máximo permitido e a percentagem com a qual o fenômeno se verifica, resultando na seguinte equação:

$$n = \frac{\sigma^2 \times p \times q \times N}{e^2 \times (N-1) + e^2 \times p \times q} \quad (1)$$

Na expressão acima, n refere-se ao tamanho da amostra; σ^2 ao nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão; p representa a percentagem relativa à ocorrência do fenômeno; q refere-se à percentagem complementar (100 – p); N representa o tamanho da população; e e^2 é o erro máximo permitido.

Para este estudo, utilizaram-se os seguintes parâmetros: N = 72 associados; σ^2 = dois desvios-padrão; p = 50%; e e^2 = 5%. Com base nessa resolução, obteve-se uma amostra composta

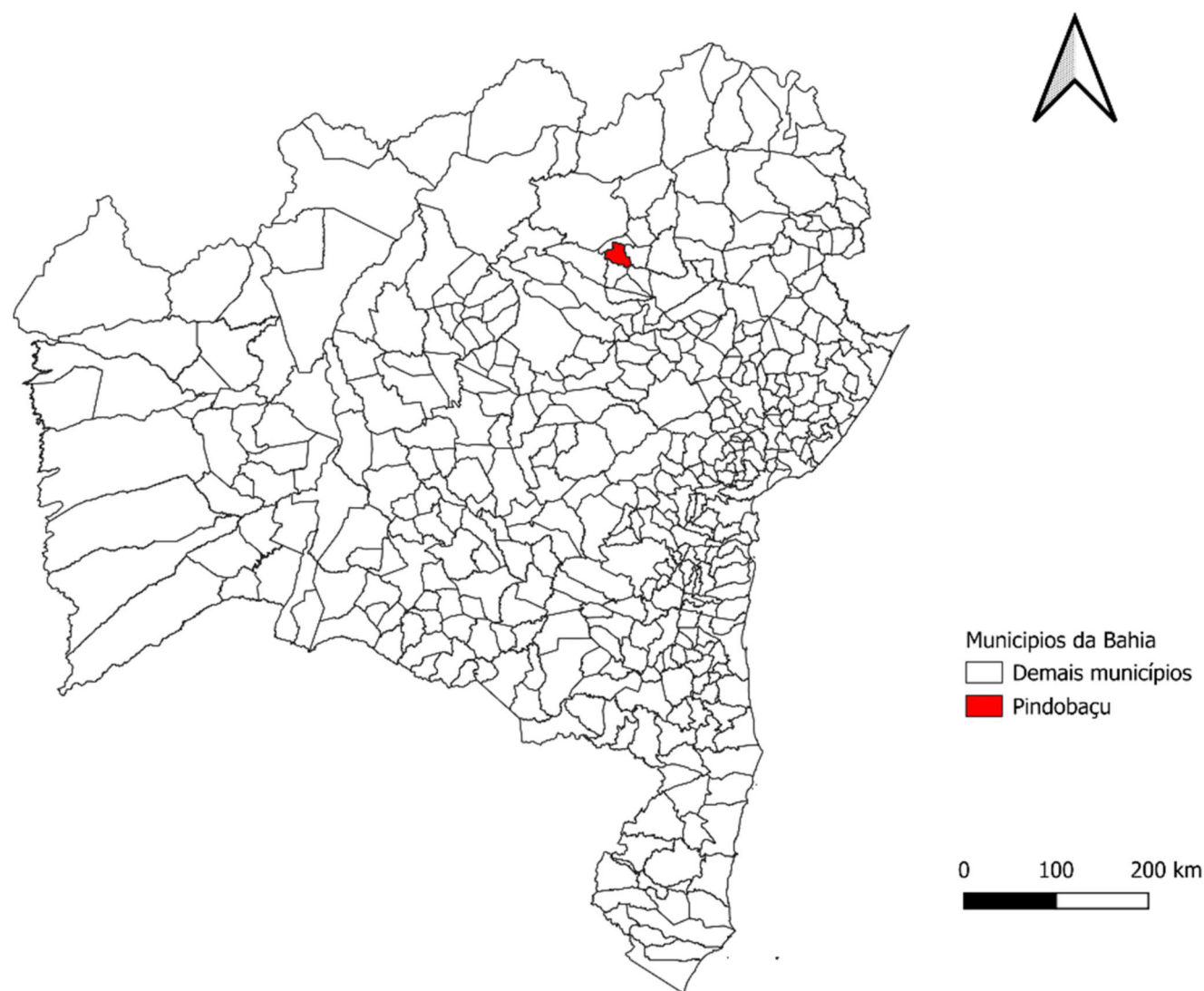


Figura 1. Localização do município de estudo.

por 12 associados. A amostra foi constituída por produtores que trabalham com o PNAE via Aproa. Foram os primeiros a se disponibilizarem voluntariamente para responder ao questionário.

O estudo dos dados foi feito por meio de análise de conteúdo. Para Moraes (1999, p.3), nessa abordagem, assim como as categorias poderão emergir ao longo do estudo, também a orientação mais específica do trabalho e os objetivos, no seu sentido mais preciso, poderão ser delineados à medida que a investigação avança. De uma forma geral, a abordagem escolhida nessa pesquisa pode ser aperfeiçoada ou construída ao longo do processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, por meio de entrevista, foram coletados dados relacionados ao perfil dos produtores. Foram entrevistados 9 mulheres e 3 homens, com idades que variam de 32 a 66 anos. Cinco deles possuíam ensino médio completo, quatro tinham ensino fundamental incompleto, dois concluíram o ensino fundamental, e um deles não possuía escolaridade.

O principal produto agrícola comercializado por essas famílias é a mandioca. Essa raiz de reserva está presente na produção de 66,8% dos entrevistados, seguida pelo feijão

e pelas hortaliças, ambos citados por 33,3% dos produtores. Outros produtos também foram mencionados, como o milho, a batata, o maracujá, os ovos de galinhas poedeiras e a melancia. De forma geral, os entrevistados afirmaram destinar uma parte dos produtos para venda e outra para consumo próprio. A estratégia de produção e comercialização é típica da agricultura familiar. Produz-se para o autoconsumo e vende-se o excedente.

Como afirmado por Grisa et al. (2010), mesmo com as mudanças técnicas da agricultura no decorrer do tempo, a produção de alimentos para autoconsumo perpetuou-se, visto que tal atributo integra o conjunto de estratégias de reprodução social, econômica e alimentar que caracterizam o modo de vida dos agricultores.

Os tamanhos dos estabelecimentos agropecuários variam de 1 ha a 52 ha, não ultrapassando o tamanho de um módulo fiscal¹. No que diz respeito à comercialização, além de terem dito que vendiam os produtos via associação para o PNAE, seis produtores responderam que escoavam sua produção via feira livre, quatro afirmaram entregar à própria comunidade, e dois disseram que utilizavam atravessadores/intermediários. Em estudo em um contexto de risco para a mudança climática em Uganda, Tesfaye & Tirivayi (2020) afirmam que a diversidade de cultivos e criações, seja para a comercialização ou para o autoconsumo, é fundamental para assegurar a dieta familiar balanceada e reduzir a necessidade de seguros informais como estratégia de resposta ao risco. No contexto brasileiro, Matte & Waquil (2021) demonstram que os pecuaristas familiares no sul do País buscam diversificar seus canais de comercialização como estratégia de reprodução social e aversão ao risco. Complementarmente a isso, Kihui & Amuakwa-Mensah (2021) constataam que essas estratégias têm resultados ainda melhores quando o acesso aos mercados é realizado por mulheres, sejam esses resultados

melhorias dos efeitos nutricionais para os membros das famílias, sejam eles melhorias das transações comerciais.

Por fim, quando questionados a respeito da sua principal fonte de renda, 83,3% dos entrevistados informaram que a agricultura era a principal fonte de renda, sendo que para somente 16,7%, ela era uma renda extra. Esse resultado referenda as recentes mudanças em curso no rural brasileiro, na medida em que é cada vez mais comum encontrar pluriatividades nos estabelecimentos agropecuários.

Vale ressaltar que a associação rural é uma ferramenta importante para os produtores enfrentarem os desafios de desenvolver sua agricultura e sua comercialização em um mundo cada vez mais competitivo. Geralmente, buscam-se esses grupos quando as pessoas desejam alcançar objetivos em comum, e normalmente o convite para participar de associações advém do próprio ciclo social do indivíduo, como é o caso da Aproa.

No item relativo ao tempo em que têm feito parte da Aproa, as pessoas ouvidas relataram que têm feito parte da associação por períodos expressivos. Delas, 33,3% são sócias desde o início, e o tempo de participação dos outros participantes da amostra varia de 10 a 16 anos. A decisão do produtor rural de participar da associação evidencia uma escolha consciente de buscar caminhos próprios que atendam suas necessidades, interesses e objetivos comuns e, conseqüentemente, a sua permanência por longos períodos mostra que prevalece a valorização da confiança, do desempenho e do crescimento. De acordo com Senar (2011, p.11):

Percebe-se aqui um processo de transformação pessoal, de aprendizado da cidadania, que dão ao produtor e ao trabalhador rural a oportunidade de vivenciar os resultados da ação individual e coletiva que podem efetivamente transformar o seu contexto de vida.

Além disso, predominantemente, os entrevistados descobriram e se associaram porque foram convidados a participar por outros

¹ O tamanho do módulo fiscal no município de Pindobaçu, BA equivale a 65 ha (Incra, 2023).

sócios e entraram em busca de obter benefícios que poderiam ser oferecidos pelo governo. Nessa perspectiva, conforme Araújo (2017, p.22):

[...] à medida que o produtor toma consciência de que os sujeitos organizados em coletivo tornam-se um grupo forte perante a sociedade e isso lhes garante o acesso a certos benefícios, o produtor procura se associar, passando a ser representado pela associação a qual faz parte” (Araújo, 2017, p.22).

Quando questionados sobre quais benefícios são oferecidos pela associação, sete pessoas citaram projetos aos quais já tiveram acesso, como o PNAE e o PAA, e outros benefícios oferecidos por meio de entidades governamentais, como a construção de galinheiros, de cisternas, de caixas d’água, entre outras vantagens. Quatro produtores enfatizaram a facilidade no ingresso em políticas públicas via associação, e apenas uma pessoa disse não reconhecer nenhum benefício. Isso mostra que os produtores reconhecem a importância da associação nas suas vidas, que a produção, a comercialização e a aquisição de bens são prerrogativas que dependem do esforço mútuo. Conforme Senar (2011, p.12):

Ao conquistar os propósitos desejados, as pessoas sentem-se estimuladas, a confiança entre elas aumenta, e um objetivo que, inicialmente, parecia ser difícil de realizar sem a ação coletiva, passa a ser percebido como uma conquista do grupo.

Em relação às melhorias que poderiam ser realizadas em relação à associação, o término da construção da casa de farinha de mandioca foi o mais citado pelos produtores, como pode ser visto na fala abaixo, em razão do grande volume de produção de mandioca dos associados. Outros fatores também foram mencionados, como a união dos associados e a vinda de mais projetos governamentais.

Hoje, o que a gente precisaria seria dar início a uma das atividades mais importantes que a gente já teve na região, que é a mandiocultura. Nós conseguimos através do projeto do governo do estado, Bahia Produtiva, a nossa agroindústria; na verdade, a gente já vinha construindo com recursos próprios

e fizemos uma readequação. Hoje ela está pronta, só estamos dependendo de alguns cursos, de como manusear os equipamentos, para a gente poder dar início à produção e incentivar novamente o pessoal a voltar a ter aquela produtividade da mandioca, porque, durante um período, o pessoal diminuiu muito o plantio porque não tinha aonde beneficiar; só tinha aquelas casinhas rústicas, casas de farinha, aí o trabalho é muito grande, então, por isso, desincentivou o pessoal para a produção (informação verbal)².

Segundo todos os agricultores entrevistados, a associação facilita o acesso ao PNAE e contribui para o desenvolvimento local. Quanto a isso, foram apontados aspectos como a facilidade na hora da produção e a participação no projeto pronto, elaborado pela diretoria. A afirmação da Agricultora 1 confirma isso: “Se não tivesse a associação, eu não iria participar. Como eu ia entrar nesse PNAE que eu não sabia nem o que era?” (informação verbal)³.

Entretanto, tal justificativa expõe as barreiras existentes entre os mercados institucionais e os produtores rurais, que, segundo Triches & Schneider (2012):

[...] estão relacionadas aos aspectos burocráticos, fiscais, ambientais, estruturais, organizacionais, sanitários, exigidos aos agricultores para a formalização de seus estabelecimentos e de seus produtos.

Na hipótese do fim da associação, 75% dos participantes veem a possibilidade como algo negativo, apontando questões como a perda de benefícios e de reconhecimento perante a sociedade.

la fazer diferença. Como a gente aqui não tem trabalho de carteira assinada, trabalho certo, a gente fica naquela esperança, aí tem uma associação no meio da gente, que a gente faz parte, aí a gente tem aquela esperança de, a qualquer momento, a associação dizer que saiu um projeto para a gente trabalhar, aí, se acabar, a gente perde a esperança (informação verbal)⁴.

² Informação verbal fornecida aos autores pelo entrevistado V.M.

³ Informação verbal fornecida aos autores pela agricultora 1, M.V.A.

⁴ Informação verbal fornecida aos autores pelo entrevistado O.S.

E aí, agora não. Aí, ia ser o fim da picada aí. Não pode nem pensar. Aqui tem umas pessoas que pensam assim, mas não são todos que pensam dessa maneira. Se acabar, a gente tem que formar outra coisa pra que venha gerar renda daquilo ali pra nós mesmo. Mas não pra dizer, assim, acabou definitivo. Não pode nem pensar um negócio desses (informação verbal)⁵.

Ainda nesse cenário, 8,3% não souberam responder ao questionamento sobre a hipótese do fim da associação, e 16,7% afirmaram que o fim da associação não faria diferença, uma vez que, atualmente, ela encontra-se “parada”. Nota-se que o termo “parada” se refere ao PAA e ao PNAE, uma vez que a maior parte dos produtores diminuiu sua entrega para esses programas nos últimos anos. Somada a isso, a falta de assistência técnica também fortalece essa opinião e mostra-se um gargalo para os produtores. Tem-se como exemplo a região Sul, onde as cooperativas agrícolas e as empresas integradoras são importantes fontes de fornecimento de orientação técnica para os agricultores (Castro & Pereira, 2017, p.19).

O acesso à extensão rural de qualidade é comprovadamente um mecanismo eficiente para retirar populações vulneráveis da pobreza (Maulu et al., 2021), assim como melhorar a eficácia na adaptação às alterações climáticas (Antwi-Agyei & Stringer, 2021).

A fim de entender qual é a relação entre a Aproa e o acesso ao PNAE, foi constatado que a venda via mercado institucional não é feita regularmente. Atualmente, poucos produtores estão participando do projeto, já que, no último edital, só foi possível disponibilizar dois produtos: a farinha de mandioca e o biscoito de goma. Apesar de não ter havido um aprofundamento acerca das causas de tal fato, foram citados principalmente questões políticas e alguns motivos organizacionais.

Tal realidade é consequência também da falta de suporte sofrida pelas políticas públicas por parte do governo nos últimos anos. Em um

período de oito anos, o PAA sofreu uma queda de 95%, tendo, em 2012, atingido uma produção de 297 mil toneladas e, em 2019, isso foi reduzido para 14 mil toneladas (Brasil de Fato, 2020). O PNAE também sofreu impactos expressivos, tendo seu orçamento sido reduzido em 24,6% no período de 2019 a 2021 (Freire, 2022), notando-se, assim, um desmonte das políticas públicas que reflete diretamente no desenvolvimento da agricultura familiar.

No que se refere à execução municipal do programa, apesar de as regras serem produzidas em âmbito federal, sua aplicação é discricionária, ou seja, a execução do governo local, somada ao envolvimento de diversos atores, inseridos em inúmeros contextos sociopolíticos, resultam em atuações que apresentam variações quanto ao local e à gestão municipal.

Para Freitas (2017), a execução da política pública não se restringe a unicamente seguir uma formulação. Acredita-se que seu estudo deve ser direcionado para sua prática, para que esta não seja feita de forma simplista, e sim como um processo cheio de vicissitudes, que devem ser postas em análise (Silva & Melo, 2000). Entende-se, portanto, que a associação, como organização, deve realizar uma análise interna e externa, na qualidade de representante dos associados perante o poder público, buscando sanar os problemas relacionados à sua participação no programa.

Salienta-se que a principal motivação que fez com que os produtores vendessem para o PNAE foi a busca por melhorias nos aspectos financeiros e da garantia de venda, citados por 100% dos participantes, como destacado pelo produtor Z.S.: Foi mais pela renda extra, que também é uma coisa certa, né? É que já vai saber ali que vai vender” (informação verbal)⁶. Entre os produtos comercializados para o PNAE, a mandioca e seus derivados possuem maior expressividade, com a participação de 100% dos entrevistados, sendo que 16,6% afirmaram que,

⁵ Informação verbal fornecida aos autores pelo entrevistado J.F.

⁶ Informação verbal fornecida aos autores pelo entrevistado Z.S.

além da mandioca, distribuem também algumas hortaliças. Acerca dos aspectos relacionados ao planejamento e à logística de entrega, atente-se para o seguinte comentário.

Geralmente não é só a associação do Cajueiro que entrega, tá? Aí a gente divide em outros grupos de outra associação. A comunidade, no caso, nossa associação, se compromete em entregar em uma semana, e outra associação em outra, então, no caso, a gente não entrega toda semana, entrega praticamente a mês; às vezes, até duas vezes no mês (informação verbal)⁷ (J.F.).

De acordo com a presidente da associação, a logística muda de acordo com a demanda do projeto. O carro da associação é utilizado para realizar a coleta dos produtos nas propriedades; posteriormente, são levados para a agroindústria, onde é feita a organização, a vistoria e a contagem, para finalmente serem entregues ao lugar proposto pela Secretaria de Educação do município. Verifica-se que, ainda que os produtores façam parte do processo, muitos desconhecem a logística de funcionamento.

Sobre o nível de dificuldade na entrega dos produtos, 50% dos entrevistados não enxergam dificuldades no processo. Para os que apontam alguma dificuldade, foram mencionados fatores produtivos como a ocorrência de doenças e pragas nas hortas, e as características climáticas de certas épocas que dificultam o plantio:

Não tinha dificuldade, não. Às vezes plantava e podia surgir uma doença, podia não dar por causa de pragas ou sol, mas, para entregar, mesmo se tivesse pronto, não tinha problema, não (informação verbal)⁸.

Além disso, foram citados pelos produtores a falta de divulgação do edital e dos processos que envolvem o programa, e a carga horária elevada do trabalho de beneficiamento na agroindústria, a exemplo do que afirma o entrevistado V.M.:

Hoje a gente tem uma certa dificuldade, por conta que tem uma desorganização muito grande em

relação a isso. Hoje não é discutido no conselho que são os presidentes de associação. Fica aquela coisa muito escondida. A gente tem que está procurando o edital, tem que está concorrendo com outras entidades. Isso é o que dificulta hoje (informação verbal)⁹.

Quando o projeto não está relacionado ao PNAE, 50% dos participantes responderam que continuam comercializando os mesmos produtos; já 33,3% afirmaram não vender os mesmos produtos por não terem como produzir e escoar. Os outros 16,7% disseram continuar comercializando apenas alguns dos produtos. Tal resultado mostra que o programa incentiva a diversificação na produção, pois os produtores buscam atender as demandas exigidas, que, por sua vez, são diversificadas. Segundo estudo feito por Souza (2012):

[...] diante da possibilidade concreta de escoamento dos produtos e da garantia de preço oferecida por estes mercados, [os agricultores] se viram encorajados a ampliar e a diversificar sua produção (Souza, 2012, p.33-34).

Ao serem questionados se venderiam para o PNAE de forma individual, todos os produtores responderam que não – isso por não entenderem o funcionamento do programa e em razão da maior facilidade que a associação proporciona. As associações ficariam, assim, num espaço de ação intermediário de embate entre o imaginário dos associados e o papel que para elas reservam as políticas públicas, ora ficando à mercê de entendimentos que as identificam como dispositivos burocráticos de mediação política, ora viabilizando a ação coletiva para consecução dos seus objetivos comuns (Toledo & Amodeo, 2014). Isso evidencia que existe uma falta de informação e comunicação entre a Aproa e os produtores sobre os aspectos relacionados ao PNAE, e que a diretoria da associação é responsável por lidar com todos os parâmetros necessários para o acesso ao programa.

Mesmo com uma história de anos do PNAE como política pública, muitos agricultores desconhecem sua existência e, muitas vezes,

⁷ Informação verbal fornecida aos autores pelo entrevistado J.F.

⁸ Informação verbal fornecida aos autores pelo entrevistado O.S.

⁹ Informação verbal fornecida aos autores pelo entrevistado V.M.

quando sabem, possuem incertezas quanto ao seu funcionamento, o que inviabiliza a participação individual. Para Assis et al. (2019, p.582), isso pode ocorrer devido a:

[...] experiências ruins em relação ao poder público municipal, seja porque não conhecem os procedimentos formais exigidos para participação, ou mesmo porque não estão acostumados a assumir compromissos em relação à comercialização de seus produtos.

Essas barreiras que se encontram entre o pequeno agricultor rural e o acesso às políticas públicas evidenciam a importância da associação rural como um intermediário na conexão desses agentes. Pedagogicamente, o aprendizado coletivo é essencial para a troca de experiências e conhecimentos (Sulzbacher & De David, 2008, p.31), facilitando o enfrentamento das diversidades, como enfoca um entrevistado quando questionado se entraria no PNAE de forma individual: “Não. Precisa dos sócios todos, porque uma andorinha só não faz verão; um bocado que faz” (informação verbal)¹⁰.

Além das vantagens advindas do aprendizado coletivo, por meio da associação, existe uma maior facilidade de acesso ao PNAE, devido à priorização desses grupos formais em detrimento dos produtores individuais, imposta pelo próprio programa. Em seu estudo, Moreira & Santos (2020, p.201) constataram que os agricultores, ao acessarem o PNAE, via associativismo ou cooperativismo, têm maior garantia de aprovação pela DAP jurídica¹¹ e são fortalecidos por um grupo de pessoas que lutam em prol de uma só causa.

Com base no questionário, 100% dos agricultores disseram que sua renda melhora quando estão vendendo para o PNAE, em virtude da certeza de escoamento que o programa proporciona. Dois agricultores destacaram isso. Um deles disse:

Com certeza, melhora bastante. Qualquer projeto que vier é bom para a gente; até para a cidade mesmo é bom. Quando a pessoa tem o dinheiro, acaba comprando mais. Às vezes está precisando de alguma coisa, um remédio, um exame, uma roupa (informação verbal)¹².

O outro agricultor disse: “Aí tem a certeza de que eu, trabalhando ali no projeto e fazendo as entregas, vai ter aquele dinheirinho” (informação verbal)¹³.

Isso mostra que, por meio desse tipo de comercialização, eles garantem a segurança do escoamento e evitam prejuízos advindos da perda pela dificuldade de comercialização, como exposto por um dos agricultores:

A farinha a gente trabalha o ano todinho para cultivar, tirar tudo da terra. Se a gente for ver o dinheiro mesmo, no final que você for vender um saco de farinha, que você for tirar todo o trabalho, não dá para nada um saco de farinha. Você chegar em uma mata bruta, para você roçar, derrubar aquela madeira, depois queimar, depois arrancar aqueles tocos, depois arar, depois plantar, depois cuidar um ano todinho, para depois você tirar um saco de farinha, ou dois, ou três, que seja, para você levar para a feira para vender, quando você vende que vê o dinheiro ainda dá uma alegria, mas teve uma época que as pessoas levavam a farinha para a feira e quando chegava lá não tinha a quem vender. Aí tinha que trazer aquela farinha de volta. A gente ainda tinha que pagar o carro. O valor de transportar um saco de farinha é o valor de uma passagem. Às vezes a gente pagava uma passagem para levar um saco de farinha, aí não vendia e tinha que pagar outra passagem para trazer de volta (informação verbal)¹⁴.

Quando questionados sobre a importância da associação para a renda, 83,3% manifestaram opiniões positivas, e expuseram os projetos que surgiram por meio da associação e seus benefícios no decorrer do tempo. Entretanto, para 16,7% dos participantes, no momento da entrevista, por conta da participação insuficiente em programas como o PAA e o PNAE, a associação não influencia na renda.

¹⁰ Informação verbal fornecida aos autores pelo entrevistado V.S.

¹¹ É o documento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoa jurídica (associações e cooperativas), aptos a acessarem as políticas públicas federais, estaduais e municipais.

¹² Informação verbal fornecida aos autores pelo entrevistado M.V.

¹³ Informação verbal fornecida aos autores pelo entrevistado O.S.

¹⁴ Informação verbal fornecida aos autores pelo agricultor M.V.

Rende mais [a renda] porque a gente tem o conhecimento de muitas coisas que é oferecido fora, que a gente não tem o conhecimento, e o presidente, juntamente com outras pessoas, trazem o conhecimento (informação verbal)¹⁵.

Não, tanto faz. De qualquer jeito, a pessoa produz, né? Mas quando tem o projeto, já é melhor por conta da comercialização, porque, se a gente produz muito, não tem pra quem vender e, se tem o projeto, já é certo (informação verbal)¹⁶.

Dessa forma, evidencia-se que participar de uma associação que venda para programas institucionais lhes assegura uma maior renda em razão da venda certa e com preço justo dos alimentos fornecidos pelos agricultores às escolas. Para Silva et al. (2020, p.835):

[...] a inserção dos agricultores familiares em mercados alternativos e institucionais torna-se necessária com o propósito de evitar a competição direta com as empresas, aumentando a competitividade e promovendo o desenvolvimento econômico e social dessa categoria social.

Ainda nesse cenário, 100% dos entrevistados disseram que a associação contribui para o desenvolvimento da sua agricultura, por meio da troca de conhecimentos com os sócios e com a diretoria e das ocasionais participações em capacitações advindas de projetos do governo. Quando questionados se recebiam assistência técnica, 66,7% revelaram que, no momento da pesquisa, não estavam recebendo nenhum tipo de assistência, enquanto 33,3% afirmaram receber. Foi possível concluir, no decorrer da conversa, que a assistência não acontece de maneira constante, mas sim de forma pontual, por meio de órgãos como Sebrae, Senar, entre outros.

A falta de assistência técnica ainda é um fator limitante vivido por muitos produtores rurais no Brasil. De acordo com o levantamento do Censo Agropecuário de 2017, apenas 20% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros recebem algum tipo de orientação técnica, sendo

essa limitação mais acentuada nas regiões Norte e Nordeste (IBGE, 2019). Tal cenário contribui para a baixa disseminação de tecnologias no campo e, consequentemente, torna-se uma barreira para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Por fim, analisando-se a diretoria da Aproa e suas relações com o PNAE, notou-se que a presidente da associação possui uma propriedade de aproximadamente 1 ha, que se destina à criação de galinhas poedeiras. A comercialização dos ovos é feita na própria comunidade, nunca tendo sido feito o escoamento via mercado institucional. Sua principal fonte de renda é a aposentadoria, sendo a agricultura fonte de renda extra.

Segundo as informações coletadas com a presidente da Aproa, a associação está em funcionamento desde 1997, tendo iniciado seu trabalho com o PNAE em 2009. Contudo, as vendas para o PNAE não têm ocorrido de forma constante. O mercado institucional já foi a única forma de comercialização por um período, mas atualmente a maior parte dos produtores faz o escoamento na feira livre. Quando há o projeto, geralmente os produtos comercializados são os derivados da mandioca e hortaliças, como se verifica na fala abaixo:

Depois da pandemia, como ficou parado muito tempo, o pessoal ficou mais desmotivado. A gente só entrega mais agora quando a gente concorre a alguma chamada pública. A gente só entrega mais os produtos da mandioca, nesse período de agora. Antes, a gente concorria a tudo, tanto na parte da agricultura quanto nos produtos da mandioca. Tudo que tinha na nossa comunidade a gente ia entregando (informação verbal)¹⁷.

A pandemia da covid-19 provocou diversas mudanças e impôs muitos desafios para a sociedade. As restrições que a envolveram tiveram impacto em diversos âmbitos, incluindo na execução do PNAE. Com as aulas suspensas, as entregas dos alimentos pararam por um período, tendo voltado com a obrigatoriedade

¹⁵ Informação verbal fornecida aos autores pelo entrevistado J.F.

¹⁶ Informação verbal fornecida aos autores pelo entrevistado L.C.

¹⁷ Informação verbal fornecida aos autores, pela presidente da Aproa, sobre os produtos comercializados.

da entrega dos kits escolares por meio da Lei nº 13.987, de 7/4/2020 (Brasil, 2020). Ainda assim, mesmo com o fim da pandemia e o retorno às aulas, a associação não tem entregado a mesma quantidade e variedade de produtos como anteriormente, como exposto pela presidente.

Quando questionada sobre como era feito o planejamento para o fornecimento dos produtos, a entrevistada respondeu que o primeiro passo era perguntar, durante a reunião, quem tinha o interesse de participar. No caso das hortaliças, uma parte dos produtores fornece os produtos individualmente. Já para os derivados da mandioca, como beiju e bolachas, o trabalho é feito coletivamente, por meio da divisão de grupos para a definição de datas e funções. Quando a associação não consegue o direito de fornecer uma quantidade significativa de produtos, o número de pessoas envolvidas diminui, como o que está acontecendo atualmente em razão da atual gestão municipal. Para o presidente da associação:

A gente fazia isso antes da pandemia [divisão de trabalho em grandes grupos]. O ano passado a gente entregou uma vez só durante o ano todo, então a gente entregou só beiju e dividiu só para três pessoas porque a quantidade era pouca.

Para a entrega dos produtos, a presidente afirmou que, antigamente, quando havia uma participação mais efetiva, eram feitas três entregas semanais, quando o carro da associação ia em busca de todos os produtos e, na agroindústria, era realizada uma vistoria para conferir se estava tudo correto. Depois disso, era feita a entrega ao cantinão, lugar destinado para esse mister pela Secretaria de Educação. Nos últimos anos, como a quantidade de produtos diminuiu, a entrega passou a ser feita uma vez por semana.

Para a diretoria da Aproa, um dos maiores desafios, nesse processo que envolve o PNAE, é a junção de toda a documentação. É necessária uma série de documentos e, muitas vezes, os produtores não se atentam quanto à validade da sua Declaração de Aptidão ao Pronaf

(DAP) – documento necessário para acessar o PNAE, conforme verificado abaixo:

Como é uma associação, além da documentação, as certidões que a gente tem que levar, a gente tem de fazer a cotação de preço direitinho, botar o nosso preço. A gente tem uma dificuldade maior de botar os agricultores, porque a maioria das pessoas, se a gente não tiver alertando, as DAPs ficam vencidas (informação verbal)¹⁸.

Para mitigar esses problemas, a diretoria da associação busca se atualizar acerca de aspectos burocráticos que envolvem as documentações e os prazos de validade das documentações dos seus sócios – isso para que possa lembrá-los da renovação, evitando, assim, a perda de benefícios.

Nos aspectos relacionados à execução do PNAE no município, a presidente diz achar ruim. Disse isso em consequência da inconstância acerca do projeto do PNAE, no que diz respeito à quantidade dos produtos.

O PNAE, no município, deveria ser constante, garantir os 30% sempre, com gestão ou sem gestão do governo a favor, do governo contra, deveria garantir sempre isso e ele não garante. [...] Mas se vendesse de forma constante, todo mês, dava um suporte maior para os agricultores. Entra prefeito, sai prefeito, muda, a política interfere muito (informação verbal)¹⁹.

Essa afirmativa vai de encontro aos dados que constam na chamada pública do município, que expõe o gasto de 100% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as compras dos alimentos da agricultura familiar. Tal dissonância merece estudos mais aprofundados acerca da execução do programa no município, pois, como afirma Lima & Oliveira (2020, p.164), “a efetivação do PNAE se compõe por um complexo enredo de atores sociais tomadores de decisão”.

Atualmente, para a diretoria, não há mais dificuldades na elaboração do projeto, uma vez que um dos seus membros trabalhou durante

¹⁸ Informação fornecida aos autores pela presidente da Aproa.

¹⁹ Informação fornecida aos autores pela presidente da Aproa.

certo período na Secretaria de Agricultura do município, tendo adquirido experiência acerca desses procedimentos. A presidente também afirmou não haver dificuldade na questão da parceria com a prefeitura e com os outros agentes que fazem parte do PNAE:

Quando a gente está vendendo, a gente tem esse contato diretamente com o nutricionista, porque é ele que faz o pedido. Ele diz o que quer e como quer. Aí a gente faz de acordo com o pedido dele. Quando a gente tá participando da chamada pública, ele avalia nossos produtos. Tem a vigilância sanitária também, que dá uma verificada no ambiente para poder dar o alvará (informação verbal)²⁰.

Quanto a isso, há um protagonismo do nutricionista do município e da direção da associação na logística de execução do programa. Além disso, o desempenho do PNAE está acima de conferir atenção somente às burocracias. Envolve também as relações entre os atores e o contexto no qual estão inseridos. Nesse aspecto, Freitas (2017, p.24) defende que são “diversos elementos que a pesquisa precisa levar em consideração: o contexto, a política, os atores e suas interações”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa permitem inferir que, sem a presença da associação, os produtores não acessariam o PNAE, visto que ela se tornou um veículo indispensável para acesso destes às políticas públicas em questão.

A associação é responsável por todos os aspectos burocráticos com relação à adesão da política pública, por otimizar sua capacidade logística, produtiva e organizacional, bem como a regularidade do quantitativo produtivo para acessar esse mercado. Outrossim, é notório o impacto positivo do PNAE na renda dos produtores.

Uma dificuldade latente para a associação e os produtores é o acesso a assistência técnica e

extensão rural de qualidade e com regularidade. Dificuldades produtivas podem causar perdas, desestimular produtores e reduzir a diversidade de produtos produzidos pelas famílias. Esse resultado pode ser um importante aliado na criação de programas e políticas locais e estaduais, ao passo que a oferta diversificada e qualificada de alimentos não apenas beneficia o programa, como também a segurança e a soberania alimentar e nutricional das famílias e das comunidades locais.

Logo, é perceptível a contribuição da Aproa para o desenvolvimento da agricultura familiar da comunidade local e o aporte no desenvolvimento regional. Isso ocorre porque a economia de Pindobaçu, assim como a de muitos outros municípios, é ligada à administração pública e à agricultura familiar. Diante disso, em razão da sua importância, torna-se essencial a manutenção constante desses elos, bem como do seu fortalecimento.

REFERÊNCIAS

- ANTWI-AGYEI, P.; STRINGER, L.C. Improving the effectiveness of agricultural extension services in supporting farmers to adapt to climate change: insights from northeastern Ghana. **Climate Risk Management**, v.32, art.100304, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.crm.2021.100304>.
- ARAÚJO, A. de M. **Associativismo e políticas públicas no meio rural**: um estudo de caso na Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé. 2017. 63p. Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Campina Grande, Sumé.
- ASSIS, T.R. de P.; FRANÇA, A.G. de M.; COELHO, A. de M. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.57, p.577-593, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.187826>.
- BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, v.2, p.68-80, 2005.
- BRASIL DE FATO. **Com queda de 95% em 8 anos, aquisição de alimentos chega a menor nível com Bolsonaro**. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com>>.

²⁰ Informação fornecida aos autores pela presidente da Aproa.

br/2020/10/29/com-queda-de-93-em-8-anos-aquisicao-de-alimentos-chega-a-menor-nivel-com-bolsonaro>. Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17 jun. 2009. Seção1, p.2-4.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial da União**, 12 maio 2020. Seção1, p.38-44.

CAMARGO, R.A.L. de; BACCARIN, J.G.; SILVA, D.B.P. da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas da Administração Pública**, v.8, p.1-21, 2013. Disponível em: <<https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/economiarural/josegiacomobaccarin1559/artigo-temas-versao-publicada.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

CASTRO, C.N. de; PEREIRA, C.N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. 41p. (Texto para discussão, 2343).

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. 2.ed. Brasília: Ministério da Educação, 2016. 33p. Versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015.

FREIRE, J. Governo Bolsonaro reduz os recursos para merenda. **Fórum**, 9 set. 2022. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/2022/9/9/governo-bolsonaro-reduz-os-recursos-para-merenda-escolar-122990.html>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

FREITAS, A.F. de. **Dinâmicas locais de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma abordagem relacional**. 2017. 222p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança

alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v.16, p.65-79, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro, 2019. 104p. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

IDESAM. Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. **Cartilha de Associativismo e Cooperativismo**. Manaus, 2010. 14p. Disponível em: <<https://www.idesam.org/publicacao/cartilha-associativismo-cooperativismo-web.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Módulo fiscal**. Brasília, [2023]. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>>. Acesso em: 8 set. 2025.

KIHIU, E.N.; AMUAKWA-MENSAH, F. Agricultural market access and dietary diversity in Kenya: gender considerations towards improved household nutritional outcomes. **Food Policy**, v.100, art.102004, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2020.102004>.

LEONELLO, J.C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. 145p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca.

LIMA, T.L.B.; OLIVEIRA, M.L.R. Mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Patos de Minas-MG: representações sociais na agricultura familiar. **Sociedade em Debate**, v.26, p.251-268, 2020.

MATTE, A.; WAQUIL, P.D. Changes in markets for lamb in livestock family farming in Brazil. **Small Ruminant Research**, v.205, art.106535, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.smallrumres.2021.106535>.

MAULU, S.; HASIMUNA, O.J.; MUTALE, B.; MPHANDE, J.; SIANKWILIMBA, E. Enhancing the role of rural agricultural extension programs in poverty alleviation: a review. **Cogent Food & Agriculture**, v.7, art.1886663, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/23311932.2021.1886663>.

MORAES, Ê.G. de; CURADO, F.F. Os limites do associativismo na agricultura familiar de assentamentos rurais em Corumbá (MS). In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL, 4., 2004, Corumbá. **Sustentabilidade regional: anais**. Corumbá: Embrapa Pantanal: UCDB: UFMS: SEBRAE-MS, 2004.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, v.22, p.7-32, 1999.

MOREIRA, A.D.; SANTOS, A.R. dos. Políticas públicas do PAA e PNAE na Associação dos Pequenos Produtores

Rurais de Pau Branco – APAB. In: FALEIRO, W.; CARDOSO, E.C. de F.; ALMEIDA, M.Z.C.M. de. (Org.). **Nucleação ou exclusão escolar? Caminhos e descaminhos da política de fechamento das escolas do campo**. Goiânia: Kelps, 2020. p.175-204.

MOREIRA, I.R.J.; FREITAS, A.F. de; FREITAS, A.F. de; MIRANDA, R.C.C.; ALVES JÚNIOR, A. Papéis e desafios das cooperativas da agricultura familiar no processo de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em cidades de Minas Gerais, Brasil. **Espacio Abierto**, v.30, p.196-227, 2021.

NEVES, J.L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v.1, p.2-5, 1996.

PEIXINHO, A.M.L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. 2011. 133p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/37726303.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

PINDOBAÇU. Prefeitura Municipal. Edital Credenciamento Nº 002/2022 - Processo Administrativo Nº. 0455/2022. **Diário Oficial do Município**, 21 mar. 2022. Disponível em: <https://sai.io.org.br/Handler.ashx?f=download_inativos&query=509&c=601>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SANGALLI, A.R.; SILVA, H.C.H. da; SILVA, I.F. da; SCHLINDWEIN, M.M. Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados (MS), Brasil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v.17, p.225-238, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87841064007>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Associações rurais: práticas associativas, características e formalização**. Brasília, 2011. 56p. (Coleção SENAR, 153).

SILVA, F.C. da; VERANO, T. de C.; CUNHA, C.A. da; WANDER, A.E. A análise da comercialização institucional da agricultura familiar via PNAE no Território Rural Médio Araguaia, Goiás: possibilidades e limites da abordagem da nova economia institucional. **Interações**, v.21, p.831-848, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i4.2046>.

SILVA, P.L.B.; MELO, M.A.B. de. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. Campinas: Unicamp, 2000. 16p. (Caderno, 48).

SOUZA, L.B.B. de. Organizações da agricultura familiar no estado de São Paulo e sua experiência de fornecimento para o PNAE. In: CORÁ, M.A.J.; BELIK, W. (Org.). **Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar do estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012. p.29-46.

SULZBACHER, A.W.; DE DAVID, C. Alternativas para o espaço rural: importância de compatibilizar políticas públicas com saberes locais. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v.3, p.14-37, 2008. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT3511838>.

TESFAYE, W.; TIRIVAYI, N. Crop diversity, household welfare and consumption smoothing under risk: evidence from rural Uganda. **World Development**, v.125, art.104686, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.104686>.

TOLEDO, C.; AMODEO, N.B.P. Associações comunitárias do meio rural: um estudo de caso no centro oeste de Minas Gerais. **Mundo Agrário**, v.15, 2014.

TOLEDO, L.A.; SHIAISHI, G. de F. Estudo de caso em pesquisas exploratórias qualitativas: um ensaio para a proposta de protocolo do estudo de caso. **Revista da FAE**, v.12, p.103-119, 2009.

TRICHES, R.M.; FROELICH, E.; SCHNEIDER, S. Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). In: SCHNEIDER, S.; GAZZOLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. p.253-268. (Série Estudos Rurais).

TRICHES, R.M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista NERA**, v.18, p.10-27, 2015. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i26.3569>.

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, v.19, p.933-945, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000400019>.

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.20, p.66-105, 2012.